



PESQUISAS EMPÍRICAS EM PRÁTICAS MORAIS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: O ESTADO DO CONHECIMENTO

Flávia Maria de Campos Vivaldi

Faculdade de Educação/Unicamp/Brasil. flamacavi@gmail.com

Telma Pileggi Vinha

Faculdade de Educação/Unicamp /Brasil. telmavinha@uol.com.br

Fecha de recepción: 18 de Febrero de 2014

Fecha de admisión: 30 de Marzo de 2014

ABSTRACT

It is a biographical research type of State of Knowledge, which pursues to identify the national scientific articles in journals published from 2002 to 2012, describing empirical researches in Psychology and Education on school moral's practices and analyze, in the light of the constructive theory, if such practices are favorable to the development of moral autonomy of students. The databases searched were Scielo and BVS. According to the descriptors, firstly it was found 341 articles of which, by Reading the summaries, 68 remained. Of these, using the criteria of selecting only those referred to an empirical research that could contain the explicit or implicit idea of school practices favorable to autonomy, lasting for the final analysis, 17 items. The finalists were divided into 3 categories for bringing different perspectives about the object of study: "moral education, values ??and learning: concepts and relation with the teacher praxis", "training intervention" and "intervention in school." Only seven articles reported school practices regarded as favorable to the construction of autonomy according to the constructivist perspective mainly focusing on working with self-knowledge, knowledge of others and active participation in the organization of the learning process. However, the benefits offered by some of the practices analyzed are short because they are specific activities, are intended only for students, rarely involve the school as a whole and have little influence in sociomoral school environment. Appears that despite numerous schools work with moral practices and there is a lot of research carried out both in the field of psychology and education identified in theses and dissertations, there are few studies that are published in indexed journals and yet few address active methods are continuous, involving the school community and also include the training of school personnel.

KEY - WORDS: moral education; autonomy; practices; intervention; constructivism



RESUMO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, que teve como objetivo identificar os artigos científicos brasileiros publicados em periódicos, entre 2002 a 2012, que descrevem pesquisas empíricas em Psicologia e Educação sobre as práticas morais escolares e analisar, à luz da teoria construtivista, se tais práticas são favoráveis ao desenvolvimento da autonomia moral dos alunos. As bases de dados pesquisadas foram Scielo e BVS. Usando os critérios de selecionarmos somente os estudos empíricos em Psicologia e Educação que pudessem conter as práticas escolares direcionadas a aprendizagem de valores, foram encontrados apenas 17 artigos. Tais artigos foram agrupados em 3 categorias: “educação moral, valores e aprendizagem: concepções e relação com a práxis docente”, “intervenção formativa”, e “intervenção na escola”. Apenas sete artigos relataram práticas escolares consideradas como favoráveis à construção da autonomia enfocando principalmente, o trabalho com o autoconhecimento, o conhecimento do outro e a participação ativa na organização do processo de aprendizagem. Contudo, em sua maioria, os benefícios oferecidos pelas práticas analisadas foram de curta duração por se tratarem de atividades pontuais; eram direcionados principalmente aos alunos, raramente envolvendo a escola como um todo e, portanto, pouco influenciaram na transformação do ambiente sociomoral da instituição. Constatou-se que, apesar de inúmeras escolas trabalharem com práticas morais e que há muitas pesquisas realizadas tanto na área da psicologia quanto da educação identificadas em teses e dissertações, são escassos os estudos brasileiros que são publicados em periódicos indexados e também são poucos os que propiciam maiores condições de favorecer o desenvolvimento da autonomia, sendo contínuos, tratando de métodos ativos, envolvendo a comunidade escolar e incluindo a formação dos profissionais da escola.

PALAVRAS – CHAVE: educação moral; autonomia; práticas; intervenção; construtivismo

INTRODUÇÃO

O contexto da pós-modernidade traz elementos relevantes a serem considerados no trabalho atual com a educação. Há no cenário contemporâneo significativas contradições quanto aos benefícios e prejuízos gerados pelas profundas transformações ocorridas na sociedade ao longo da história da humanidade.

Ainda que estejamos vivendo um momento em que os avanços tecnológicos e a globalização proporcionam ao homem melhorias para o seu modo e qualidade de vida, paradoxalmente, vivemos os efeitos nocivos provocados pela intensa ‘carga material’ presente nas relações. Assim, o ‘ter’ muitas vezes, determina o ‘ser’, contribuindo para o aumento e permanência da violência, desigualdades sociais, corrupção, exclusão, indiferença, entre tantos outros fenômenos presentes na contemporaneidade. (Lipovetsky & Serroy, 2011).

Ao examinarmos as características da sociedade contemporânea, constatamos que os valores em evidência nem sempre são orientados para a construção da autonomia moral e, menos ainda, para uma postura social comprometida com a coletividade. Dessa forma, o que se refere ao âmbito privado se sobrepõe ao público, havendo uma busca constante e desenfreada pela satisfação momentânea. (La Taille, 2009).

Há no meio de toda essa transformação da sociedade, a discussão já antiga de se apontar a quem cabe a responsabilidade de uma educação moral: à família, à igreja, à escola? É evidente que a escola ao longo de toda a história da humanidade sempre foi uma instituição em que a formação moral esteve presente, inicialmente aos moldes ditados pela igreja e, posteriormente, por uma visão do ‘socialmente desejável’.

Contudo, com base nas teorias construídas ao longo da história, parece haver cada vez mais consenso entre os pesquisadores da área, de que a educação moral está presente em todas as instituições sociais, ainda que muitas vezes de forma não intencional. (Carvalho, 2002, 2004; Goergen, 2001, 2005, 2007).

Sendo assim, historicamente, a escola sempre teve como objetivos principais transmitir não apenas o conhecimento cultural, mas também os valores sociais e morais para as novas gerações. Tal instituição tem, portanto, desempenhado um importante papel na educação dos valores e na formação moral dos sujeitos.

Encontramos na escola, obviamente, os reflexos da contemporaneidade. Se por um lado vivemos uma realidade de educação universalizada, em que há grande preocupação em se oferecer ensino de qualidade para todos, deparamo-nos, também, com uma realidade denunciada por constantes atos desrespeitosos, agressões, uso dos meios de comunicação eletrônica para insultos, difamações ou intimidações. Pesquisas mostram (Garcia, 2009a,



2009b; Vinha & Tognetta, 2009a, 2009b; Vinha, 2009a, 2009b) a preocupação dos professores com as atitudes de jovens cujo “bom comportamento” desaparece na ausência dos adultos ou em situações que acreditam que não serão punidos, apresentando sim, atitudes desrespeitosas e agressivas, o que evidencia a falta de autorregulação.

Paralelo a isso, há a evidência de grande dificuldade por parte das escolas brasileiras em realizar intervenções que visem a resolução dos conflitos de forma não violenta e a busca por soluções que beneficiem pelo menos em parte os envolvidos (Vinha & Tognetta, 2009). Tais dificuldades implicam um trabalho de formação que auxilie na construção de valores morais de nossos alunos. O que temos é uma escola que reflete a desorientação presente na sociedade quanto à formação moral das crianças e jovens. Todavia tal formação é complexa e controversa. Abordá-la demanda uma reflexão acerca de seus objetivos, conteúdos obrigatórios e ainda como estes podem ser trabalhados.

Nossa concepção de educação moral para a autonomia defende algumas convicções acerca do que seja e qual a função de se educar moralmente. Nessa direção, consideramos que a educação moral deve favorecer a formação de personalidades éticas, cuja consciência crítica, possa possibilitar aos indivíduos uma avaliação permanente das regras sociais. Para uma formação ética, são necessárias estratégias e práticas escolares favoráveis afim de que os alunos conheçam e legitimem alguns valores que inspiram a convivência (a justiça, o respeito à dignidade e a generosidade, por exemplo) e neles pautem suas condutas. Há, dessa forma, uma ampliação no papel da educação moral, uma vez que a mera transmissão de valores e de comportamentos socialmente desejáveis, devem ser substituídos por um processo dialógico e reflexivo, em que a responsabilidade do professor passa a ser também, a de despertar no aluno o desejo de se tornar um sujeito autônomo. Consideramos imprescindível um trabalho de investimento na construção da identidade do aluno o que é bem mais amplo do que fazer com que nossas crianças e jovens convivam bem, apresentando um comportamento disciplinado e obediente às regras, respeitando e sendo “educados” com os adultos.

Uma educação moral bem sucedida na escola deve considerar as relações entre escola, família e comunidade, havendo por parte dos pais e, neste caso, também dos professores, o reconhecimento de uma urgência quanto ao trabalho de formação moral. (Aquino & Araújo, 2000; Araújo, 2000; Vinha & Mantovani de Assis, 2007; Trevisol, 2008; Tognetta, 2009).

Outro aspecto considerado pelos pesquisadores da área é que deve haver um posicionamento da escola frente aos valores morais e éticos a serem considerados como relevantes e urgentes para a socialização e dignidade dos alunos (Goergen, 2007; Menin, 2007).

Contraopondo uma educação moral verbalista e doutrinadora, estudos defendem como mais eficaz a transmissão de valores por meio de modelos recebidos e reconhecidos nas figuras de autoridade por meio de uma coerência entre o discurso e as atitudes, como também por práticas necessárias e desenvolvidas em situações reais (Carvalho, 2007; Zabalza, 2002).

Sintetizando, as pesquisas apontam que uma educação moral nas escolas deve ter como finalidade principal o fortalecimento de valores universalizáveis como a justiça, a igualdade, a liberdade, o respeito à dignidade, a tolerância à diversidade, a solidariedade e a cooperação, presentes no documento, Declaração Universal dos Direitos Humanos, e orientados para uma convivência pacífica e democrática das pessoas.

A educação moral, portanto, por sua amplitude, não se converge para uma disciplina específica, demandando um trabalho transversal aos programas curriculares. E, sobretudo, considerar que são as finalidades que devem condicionar os meios, ou seja, se a autonomia moral é a finalidade, a democracia deve estar num processo contínuo de construção e prática, como meio e finalidade, os procedimentos coercitivos não podem vigorar (Piaget, 1930-1996).

Ao defender os métodos ativos de educação moral, Piaget (1930-1996) justifica sua escolha pautando-se no princípio do autogoverno, destacando a necessidade da ação, vivência e experimentação por parte dos sujeitos independentemente dos conteúdos.

Sendo assim, a criança ao trabalhar em diferentes atividades de cada disciplina, necessita também de um esforço de caráter, bem como de um conjunto de condutas morais que regem sua convivência.



Com base em nossa argumentação teórica passamos a investigar a existência nas publicações em periódicos nacionais de 2002 a 2012, de pesquisas empíricas sobre as práticas morais nas escolas brasileiras, favoráveis à autonomia. Tratando-se de uma revisão bibliográfica restrita aos periódicos nacionais direcionados aos estudos de Psicologia e Educação, estamos cientes de que certamente há muito mais pesquisas direcionadas para o tema em questão.

Em vista do exposto, nossos objetivos foram: identificar as pesquisas empíricas em Psicologia e Educação sobre práticas morais escolares nos artigos científicos nacionais publicados em periódicos, de 2002 a 2012 e analisar, à luz da teoria construtivista, se tais práticas são favoráveis ao desenvolvimento da autonomia moral dos alunos.

Para tanto iniciamos uma lista de combinação de descritores afim, em princípio, de conferir a indexação e, posteriormente, utilizá-la para a busca propriamente dita dos artigos publicados. Os descritores utilizados foram: educação moral; educação moral e respeito; educação, direitos humanos; educação, ética, valores; educação, prática e cidadania; intervenção pedagógica; escola, indisciplina; valores, educação, cooperação; educação, convivência; educação e autonomia. Os diferentes grupos de descritores foram inseridos nas bases de dados (BVS e Scielo) gerando, evidentemente, duplicidade de publicações que, neste caso, foram computadas uma única vez.

Faz-se necessário esclarecer que o descritor, indisciplina, foi acrescentado posteriormente devido ao fato de termos encontrado poucas publicações que enfocassem nosso objeto de estudo. Muitas intervenções que visam melhoria da convivência na escola são decorrentes da preocupação com a indisciplina. Em vista do exposto optamos por incluir a indisciplina como descritor, na expectativa de encontrarmos pesquisas que se aproximassem de nossa investigação.

Em ambas as bases de dados, coletamos 341 artigos que continham os descritores, mas que nem por isso seriam utilizados por nós, uma vez que tratavam de pesquisas em diferentes frentes, muitas distantes do nosso interesse.

Com a primeira leitura do material, por meio dos resumos, foram selecionados, dos 341 artigos, somente 68 pertencentes às áreas de Educação e/ou Psicologia que, em princípio, estariam relacionados ao nosso objeto de estudo, mas passariam por nova filtragem.

Os 68 artigos, passaram então, por outro critério de seleção utilizado por nós: tratava-se ou não, de um artigo referente a uma pesquisa empírica que pudesse conter a ideia explícita ou implícita de práticas escolares favoráveis à autonomia? Encontramos, então, 26 artigos candidatos à nossa análise final.

Foi realizada uma leitura criteriosa de cada artigo, a fim de que tivéssemos, finalmente, um material que atendessemos aos nossos objetivos. Sendo assim, ainda foram descartados 9 (nove) dos 26 (vinte e seis) artigos. Os motivos dos descartes foram basicamente dois: o primeiro, por se distanciarem de nosso objeto central, focando em seu conteúdo, outras dimensões e não as práticas escolares em si; o segundo motivo foi a impossibilidade de encontrarmos um dos artigos na íntegra, só havendo disponibilidade do resumo nos bancos de dados. Ainda que tenhamos feito a pesquisa em bibliotecas e entrado em contato com a autora, não nos foi possível o acesso ao artigo como um todo o que nos impossibilitou de analisá-lo segundo os critérios adotados para os demais.

A educação moral na perspectiva construtivista denota algumas dimensões a serem consideradas no desenvolvimento da autonomia, como visto anteriormente. Sendo assim, a fim de contemplarmos em nossa análise das práticas morais presentes nos artigos selecionados todas essas dimensões, elaboramos, com base na literatura, uma matriz que inicialmente buscasse destacar os aspectos considerados como construtivos em práticas escolares voltadas para o desenvolvimento moral. São eles: a presença de valores morais universalizáveis; uma metodologia predominantemente ativa que considere os aspectos de autoria e pertencimento; o engajamento da comunidade escolar e de seu entorno, na elaboração e desenvolvimento do trabalho; uma coerência entre a proposta de trabalho e o nível de desenvolvimento dos alunos envolvidos, a formação dos professores e responsáveis pelo desenvolvimento da proposta, bem como com as relações interpessoais e as estabelecidas com a produção do conhecimento. Outro aspecto importante a ser considerado é a consolidação de um trabalho, ou seja, trata-se de algo efetivamente sistematizado pela escola ou eventualmente desenvolvido de acordo com uma necessidade



detectada. Além desses, a origem da proposta como proveniente de atores internos ou externos à realidade do local é também relevante na análise dos artigos.

Contudo, uma leitura criteriosa dos artigos indicou a necessidade de se introduzir na matriz, outras categorias presentes nos textos estudados e que, de alguma forma, relacionavam-se a práticas morais. Assim, foram acrescentadas aos objetivos a serem identificados, as práticas que visassem o trabalho com valores não morais. O fato de se tratar de valores não morais não significa que sejam negativos. Trata-se de valores orientados à boa convivência, à disciplina, como também, alguns valores característicos da pós-modernidade, identificados nas pesquisas trazidas em capítulos anteriores, como o individualismo, a competitividade e o consumo.

Para cada artigo selecionado foram utilizados tais critérios de análise com o intuito de analisarmos em que medida a pesquisa relatada enquadrava-se ao nosso objeto de estudo.

Três categorias foram elaboradas a posteriori, a partir do estudo de cada um dos 17 artigos: *Educação moral, valores e aprendizagem: concepções e relação com a práxis docente*; *Intervenção formativa* e *Intervenção na escola*.

A primeira categoria, - Educação moral, valores e aprendizagem: concepções e relação com a práxis docente -, reuniu os artigos que enfocam as concepções dos professores e outros profissionais da escola sobre autonomia, valores, relação interpessoal e educação moral, bem como a relação destas com a práxis docente. Embora não fosse o foco, tais artigos mencionam também análises feitas pelos autores quanto à formação dos professores diante do trabalho com a moralidade e com o conhecimento.

A segunda categoria - intervenção formativa -, incluiu pesquisas em que intervenções são direcionadas à formação do professor acerca dos temas cidadania e ética.

Finalmente a terceira categoria - intervenção na escola -, agrupou os artigos que relataram intervenções realizadas pelos pesquisadores nas escolas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A categoria - Educação moral, valores e aprendizagem: concepções e relação com a práxis docente -, incluiu 09 artigos, **53%** do total, e demonstrou que, de forma geral, os professores pareciam desconhecer os valores que passavam por meio do "currículo oculto", ou seja, não compreendiam que uma educação moral ocorre em todos os espaços da escola em que as pessoas convivem. Assim, não se davam conta de que eram, também, agentes morais por meio de suas atitudes, julgamentos e decisões.

Embora os discursos defendessem a necessidade de uma educação voltada também para a formação moral dos alunos, enfatizando-se o exercício da cidadania e da autonomia, dois aspectos de suma relevância foram observados: um quanto às concepções superficiais e reducionistas dos professores sobre os conceitos dos temas pesquisados - autonomia, cidadania e ética; o outro é o reflexo dessas concepções nas práticas observadas e relatadas pelos entrevistados, orientadas preferencialmente para uma educação meramente verbal e transmissiva.

Nessa direção, ressaltamos que se faz necessária uma formação docente mais direcionada para o desenvolvimento dos sujeitos, contemplando também, uma compreensão acerca das dimensões afetiva, moral e social, além da cognitiva, sempre em destaque nos cursos de graduação e pós-graduação.

Quanto à prática na escola relatada nos artigos, as relações estabelecidas tanto com os alunos, como com o conhecimento, demonstravam uma crença na regulação externa e na transmissão como suficientes para a formação dos alunos. A coação e o respeito unilateral imperavam nas relações entre os adultos e os alunos, favorecendo a manutenção de uma moralidade heterônoma. O trabalho com o conhecimento não apontava para situações significativas e que predispuessem os alunos a uma participação ativa e a operação. Os conflitos não eram considerados como oportunidades de reflexão e tomada de consciência. Inexistiam as relações de respeito mútuo, necessárias ao exercício da cooperação e conseqüentemente à construção da autonomia. A prática docente não propiciava, portanto, espaços de aprendizagem em que o aluno tivesse oportunidades de agir sobre os objetos e interagir com os adultos e seus pares, de forma recíproca.

A segunda categoria - intervenção formativa - referiu-se às pesquisas em que intervenções são direcionadas à formação do professor acerca dos temas cidadania e ética.



Foi encontrado apenas um artigo que relata intervenções formativas feitas com professores e profissionais da educação. A iniciativa de formação para docentes em Direitos Humanos partiu dos pesquisadores, porém, houve adesão espontânea por parte dos educadores. A abordagem dos pesquisadores privilegiou os métodos ativos, implicando a participação dos cursistas em todo o processo de formação. Houve plena convergência entre a fundamentação teórica dos pesquisadores e as práticas desenvolvidas por eles, garantindo espaços de trocas, diálogo e reflexão.

O último grupo – intervenção na escola - agrupou 7 artigos (41%) e trouxe propostas de práticas a serem desenvolvidas nas escolas, tanto por seus integrantes quanto por pesquisadores e instituições gestoras externas. Nesse grupo encontram-se também, estudos que relatavam as solicitações das escolas em busca de boas intervenções para situações de indisciplina.

Esse último grupo de pesquisas indicou o quanto as escolas têm direcionado as práticas favoráveis ao desenvolvimento, somente para a solução de situações de indisciplina, caracterizando uma visão de educação moral voltada preferencialmente para a socialização e não para a construção da autonomia.

De forma geral, a análise dos artigos selecionados indica escassez de um trabalho sistemático de educação moral, em valores ou para cidadania, em relação à realidade educacional brasileira. Até mesmo os 7 artigos referentes às intervenções na escola demonstraram a predominância de trabalhos pontuais, na maioria das vezes, direcionados para a melhoria de situações de indisciplina e, preferencialmente, desenvolvidos pelos pesquisadores. Ainda assim, há que se considerar pelas conclusões dos autores frente às pesquisas desenvolvidas que muitos foram os ganhos obtidos durante a realização das propostas. Ao constatarem transformações favoráveis nas concepções e atitudes do corpo docente e discente, os pesquisadores chamam a atenção para o fato de que até mesmo um trabalho pontual, em evento específico, é válido e pode fazer a diferença na qualidade das relações sociais e com o conhecimento. Porém, não é suficiente para a manutenção das transformações ocorridas durante o período de realização das pesquisas. Isso só é possível por meio de práticas escolares que considerem a reciprocidade nas relações sociais, ou seja, um investimento no ambiente sociomoral cooperativo da escola.

Há que se considerar que os problemas de convivência e a indisciplina podem vir a ser uma porta de entrada para o trabalho de construção moral. Nessa direção, não se trata de uma convivência controlada pela autoridade ou pela conformidade e obediência às regras. Mas sim, da elaboração de um projeto de convivência amplo que contemple um trabalho junto à comunidade escolar, contemplando as dimensões favoráveis para a construção da autonomia.

Enfatizamos que os artigos analisados apontavam a necessidade de uma formação docente convergente para as reais demandas do momento atual e, justamente a ausência desses estudos, propiciava a adoção de procedimentos pautados no senso comum. Um trabalho direcionado para os métodos ativos de cooperação e respeito mútuo voltado também para o desenvolvimento moral do professor deve ser previsto nessa formação.

Nessa perspectiva, e concordando com La Taille (2002, 2006), concebemos a educação moral muito mais como 'vacina' do que como 'remédio'. Somente assim, vislumbramos um cenário em que os sujeitos possam ser constituídos e respeitados, em sua singularidade e seu papel social.

Ao identificarmos as pesquisas empíricas em Psicologia e Educação sobre práticas morais escolares nos artigos científicos nacionais brasileiros publicados em periódicos, de 2002 a 2012, tivemos ainda mais clareza de que nosso trabalho não reflete o que tem sido feito nas escolas, uma vez que muitas experiências bem sucedidas não são documentadas e nem chegam ao conhecimento do universo científico.

Com isso, afirmamos a importância e necessidade de estudos que integrem as práticas escolares ao desenvolvimento e divulgação de novas pesquisas que possam difundir e embasar um trabalho de formação moral favorável à autonomia.



REFERENCIAS

- Aquino, J. G. & Araújo, U. F. (2000). Em Foco: Ética e educação. *Educação e Pesquisa*, 26 (2), 53.
- Araújo, U.F. (2000). Escola, democracia e a construção de personalidades morais. *Educação e Pesquisa*, 26(2), 91-107.
- Carvalho, P. Z., Martin, M. W. & Paula, M. T. D. (2007). Relação escola-família: em busca da realidade e de possibilidades de intervenção. In: IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2005/inic/IC7%20anais/IC7-21.pdf> Acesso em: 27 mar. 2010.
- Carvalho, J.S. (2002). Podem a ética e a cidadania ser ensinadas? *Revista Pro-Posições*. 13(3), 157-168.
- Carvalho, J. S., Sesti, A. P., Andrade, J. P., Santos, L. S. & Tibério, W. (2004). Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 435-445.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 79, 257-272.
- Garcia, J. (2009a). Indisciplina e Violência nas Escolas: algumas questões a considerar. *Revista Diálogo Educacional*, 9, 511-523.
- Garcia, J.(2009b). Representações dos Professores sobre Indisciplina Escolar. *Educação*, 34, 311-324.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de Pesquisa Social. (6ª ed). São Paulo: Editora Atlas.
- Goergen, P. (2005) Ética e Educação. O que pode a escola? In: J.C. Lombardi & P. Goergen, (Orgs) *Ética e Educação reflexões filosóficas e históricas*. (pp. 59-95). Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr.
- Goergen, P. (2001). Educação Moral: Adestramento ou Reflexão Comunicativa? *Educação & Sociedade*, 76, 147-174.
- Goergen, P. (2007). Educação Moral Hoje: Cenários, Perspectivas e Perplexidades. *Educação & Sociedade*, 28(100), 737-762.
- La Taille, Y. (2002). Vergonha, a ferida moral. Petrópolis, RJ: Vozes.
- La Taille, Y. (2006). Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre, RS: Artmed.
- La Taille, Y. (2009). Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2011). A cultura-mundo. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras.
- Menin, M. S. S. (2007). Injustiça e escola: representações de alunos e implicações pedagógicas. In: L.R.P. Tognetta, (Org.) *Virtudes e educação - o desafio da modernidade*. (pp.17-36). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Piaget, J. (1930- 1996). Os procedimentos da educação moral. In: L. Macedo (org). *Cinco estudos de Educação Moral*. (pp.1-36). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Romanowski, J.P. & Ens, R.T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. *Diálogo Educacional*, 6(19), 37-50.
- Tognetta, L.R.P. (2009). Valores em crise: o que nos causa indignação? In: Y. La Taille & M. S. S. Menin (Orgs). *Crise de valores ou valores em crise?* (pp.15-45). Porto Alegre: Artmed.
- Trevisol, M. T. C. (2008). O Processo de Construção de Valores: um estudo a partir da ótica de pais e profissionais da educação. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: Pesquisa e Inserção Social, (pp.01-15). Itajaí-SC. Anais.



- Vinha, T. P. & Mantovani De Assis, O.Z. (2007). A autonomia, as virtudes e o ambiente cooperativo em sala de aula: a construção do professor. In: L.R.P. Tognetta (Org.) Virtudes e educação – o desafio da modernidade. (pp.159-197). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Vinha, T. P. & Tognetta, L. R. P. (2009a). Confrontos ou possibilidades de desenvolvimento?. *Carta Fundamental*, 6, 28-31.
- Vinha, T. P. (2009a). Autoridade autoritária. *Nova Escola*, 226, 01.
- Vinha, T. P. (2009b). Conflitos e indisciplina na escola: contribuições do construtivismo. *Nova Escola*, 226, 01.
- Vinha, T. P. & Tognetta, L. R. P. (2009b). Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. *Revista Diálogo Educacional (PUCPR)*, 9, 525-540.
- Zabalza, M. A. (2002). Os diários de classe dos professores. *Pátio: revista pedagógica*, 6(22), 15-20.